Assinado Digitalmente por
Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.03.29 21:13:56 -03'00'

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ 02.013.199/0001-18

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	58.737	158.104
Contas a receber de clientes	7	30.800	21.447
Estoques	8	6.792	878
Despesas antecipadas		579	354
Créditos com partes relacionadas	20	87	35
Tributos a recuperar		19	18
Outros créditos		83	545
		97.097	181.381
Não circulante			
Outras aplicações financeiras		-	2.129
Tributos diferidos	17	1.467	5.628
Depósitos judiciais	18	7.095	5.902
Operações com derivativos	15	169	799
Ativo de direito de uso	9	769	1.138
		9.500	15.596
Imobilizado	10	1.096	848
Intangível e ativo de contrato	11	183.365	138.166
		193.961	154.610
		291.058	335.991

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	7.097	2.904
Empréstimos e financiamentos	13	35.798	42.040
Arrendamentos	13	420	458
Debêntures	14	2.619	(180)
Obrigações tributárias	16	1.804	1.928
Obrigações trabalhistas		2.107	1.697
Obrigações com acionistas	20	7.349	17.383
Ônus da concessão		62	51
ICMS a devolver a clientes	18	3.042	5.220
Débitos com partes relacionadas	20	751	485
Outros exigíveis	21	1.787	1.767
		62.836	73.753
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	29.752	44.622
Arrendamentos	13	499	751
Debêntures	14	123.696	113.335
Débitos com partes relacionadas	20	56	56
Provisões para contingências	19	2.346	14.215
		156.349	172.979
Patrimônio líquido			
Capital social	22	44.700	44.700
Reservas de lucros		27.173	44.559
		71.873	89.259
		291.058	335.991

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 202022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	23	191.209	130.352
Custo dos serviços prestados	24	(105.482)	(64.955)
Lucro bruto		85.727	65.397
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(26.703)	(27.372)
Outras receitas (despesas) operacionais		75	230
		(26.628)	(27.142)
Receita operacional antes do resultado financeiro		59.099	38.255
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	26	8.696	11.480
Despesas financeiras	26	(24.900)	(14.304)
Resultado financeiro		(16.204)	(2.824)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		42.895	35.431
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	(10.048)	(11.713)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	(4.161)	100
Lucro líquido do exercício		28.686	23.818

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	28.686	23.818
Total do resultado abrangente do exercício	28.686	23.818

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Investimentos	Reserva de lucros: Retenção de Lucros	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	35.600	4.074	2.731	28.693	35.498	-	71.098
Aumento de capital	9.100	-	-	(9.100)	(9.100)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.818	23.818
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	-	1.191	-	-	1.191	(1.191)	-
Reserva de investimentos	-	-	848	-	848	(848)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(5.657)	(5.657)
Retenção de lucros	-	-	-	16.122	16.122	(16.122)	-
Saldos 31 de dezembro de 2020	44.700	5.265	3.579	35.715	44.559	-	89.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.686	28.686
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	-	1.434	-	-	1.434	(1.434)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.022	-	1.022	(1.022)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(6.813)	(6.813)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(3.544)	(35.715)	(39.259)	-	(39.259)
Retenção de lucros	-	-	-	19.417	19.417	(19.417)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	44.700	6.699	1.057	19.417	27.173	-	71.873

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	28.686	23.818
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	8.498	3.729
Ônus da concessão	678	537
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros	2.378	2.343
Encargos financeiros e juros de debêntures	20.081	1.790
Ganho (perda) com operações de *swap*	(348)	(4.282)
Variações monetárias e cambiais	-	3.861
Atualização monetária das contingências	1.197	-
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	8.522	3.495
Provisão (reversão) para contingências	(13.066)	(921)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.048	11.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.161	(100)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	(51)
Ganho (perda) com derivativos	630	140
Resultado na baixa de arrendamento	(7)	-
Lucro ajustado	71.458	46.072
Variações no ativo		
Contas a receber	(15.722)	(8.015)
Estoques	(5.914)	(235)
Depósitos judiciais	(1.193)	(797)
Tributos a recuperar	(1.221)	(134)
Despesas antecipadas	(225)	85
Outros créditos	462	(166)
Aplicações financeiras	2.129	(106)
Créditos com partes relacionadas	(52)	(1)
Variações no passivo		
Fornecedores	4.193	1.592
Débitos com partes relacionadas	266	(19)
Obrigações tributárias	343	162
Obrigações trabalhistas	410	53
ICMS a devolver - clientes	(2.178)	(5)
Outros exigíveis	20	393
Caixa líquido aplicado nas operações	(18.682)	(7.193)
Ônus da concessão pago	(667)	(523)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.243)	(10.769)
Juros pagos	(3.992)	(3.579)
Juros pagos - debêntures	(6.596)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.278	24.008
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(493)	(124)
Adições ao intangível	(53.037)	(20.642)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	55
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.530)	(20.711)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(56.106)	(3.958)
Captações de debêntures	(325)	111.366
Captações de empréstimos e financiamentos	-	39.625
Amortização de obrigações por arrendamento	(343)	(300)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(21.637)	(16.704)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	296	3.449
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamentos	(78.115)	133.478
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(99.367)	136.775
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.104	21.329
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	58.737	158.104
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(99.367)	136.775

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama - RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão prevê pagamento de taxa mensal à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, por meio de percentual sobre o faturamento líquido oriundo do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim. **1.1. Impactos da Crise da COVID-19:** No contexto da crise da COVID-19, em março de 2020, foi instaurado o Comitê de Crise e de Continuidade do Negócio, adotando medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar de nossos colaboradores, bem como a continuidade da prestação dos serviços de água e esgoto, garantindo atendimento integral à sociedade para a qual atuamos. Desta forma, o Grupo implementou um plano com o objetivo de viabilizar: • A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestrutura tecnológica (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalhos remotos (*home office*), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades na agência virtual, de forma a migrar o atendimento dos clientes para os canais remotos. • O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de ações externas que possam minimizar os impactos da COVID-19 e contribuir com a sociedade, como a higienização das ruas em áreas de hospitais, farmácias, rodoviárias, bancos e centros comerciais e a doação de água sanitária e sabonetes para distribuir à população carente por meio das Prefeituras de Araruama, Saquarema e Silva Jardim. A Administração do Grupo Águas do Brasil analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Concessionária, e foram arredondadas para milhares de Reais (R$000), exceto quando indicado de outra forma. Alguns saldos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, foram reclassificados para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis. Estas reclassificações não são materiais para as demonstrações contábeis tomadas em conjunto e não alteram nenhum indicador de performance da Concessionária. Em 24 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Receita operacional:** i) Receita de contrato com o cliente: As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são contabilizadas através do ajuste por competência. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. **3.3. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral. **3.5. Intangível e ativo de contrato:** i) Reconhecimento e mensuração: O intangível e ativo de contrato estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável. ii) Contratos de concessão: As Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito. A amortização do ativo intangível e ativo de contrato refletem o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária. **3.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático, a Concessionária inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, exceto no caso de ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático, a Concessionária inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração do valor justo:* A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.• Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Concessionária mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* A Concessionária mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* A Concessionária mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado. ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* A Concessionária mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado. *Outros passivos financeiros:* Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Instrumentos financeiros derivativos:** A Concessionária mantém instrumentos financeiros derivativos, através de contratos de *swap*, para proteger suas exposições aos riscos de variação de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são registradas no resultado. A Concessionária não possui derivativos de natureza especulativa e não utiliza contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). **3.8. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.9. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2021, não foram identificados eventos que indicassem a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.10. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.11. Destinação do resultado:** No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro. **3.12. Provisões para contingências:** As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação da Administração e de seus assessores legais, de acordo com a quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis. **3.13. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a empresa patrocinadora, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela empresa, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício corrente. **3.15. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.16. Partes relacionadas:** A Concessionária reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a ele ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas relações contratuais formalizadas. **3.17. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades: • Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Concessionária e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; • Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e • Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos. **3.19. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os seus recebíveis, de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.20. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2021:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado; • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Concessionária para o exercício de 2021. A Concessionária pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Concessionária ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *Vida útil dos ativos imobilizados, intangíveis e ativos de contrato:* A vida útil classificada no ativo imobilizado, intangível e ativo de contrato refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos. *Provisões para contingências:* A Concessionária reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*. A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com: • Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; • Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; • Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; • Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; • Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; • Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro**: Considerações gerais: A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros

Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.03.29 21:14:21 -03'00'

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ 02.013.199/0001-18

operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. a) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços. i) *Risco cambial:* As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial. ii) *Risco de taxas de juros:* A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI e TR. iii) *Risco de preços:* Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com os contratos de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária. b) *Risco de crédito:* O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber no montante de R$10.374 em 31 de dezembro de 2021 (R$8.307 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7. c) *Risco de liquidez:* É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária. A Concessionária mantinha caixa e equivalentes de caixa de R$58.737 em 31 de dezembro de 2021 (R$158.104 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa n° 6. **5.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados.

	31/12/2021	31/12/2020
Total de financiamentos e derivativos (Notas Explicativas n° 13, 14 e 15)	**192.615**	200.227
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	**(58.737)**	(158.104)
Dívida líquida	**133.878**	42.123
Total do patrimônio líquido	**71.873**	89.259
Total do capital	**205.751**	131.382

5.3. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

Ativo:	31/12/2021	31/12/2020
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	**58.737**	158.104
Aplicações financeiras vinculadas	**-**	2.129
	58.737	160.233
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**30.800**	21.447
Outros ativos	**83**	545
	30.883	21.992
Passivo:		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	**65.550**	86.482
Arrendamentos	**919**	1.209
Dividendos a pagar	**7.349**	17.383
Fornecedores e outros exigíveis	**8.884**	4.671
	82.702	109.745

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	**376**	204
Aplicações financeiras	**58.361**	157.900
	58.737	158.104

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (a)	**33.491**	25.260
Clientes - parcelamento (b)	**7.420**	4.150
Pontos arrecadadadores (c)	**263**	344
	41.174	29.754
Perdas de créditos esperadas no contas a receber	**(10.374)**	(8.307)
	30.800	21.447

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

A vencer	31/12/2021	31/12/2020
Faturado	**8.224**	6.780
Não faturado	**5.551**	4.361
Vencidas		
Até 30 dias	**6.380**	5.021
De 31 a 60 dias	**2.498**	1.582
De 61 a 90 dias	**1.809**	1.071
De 91 a 180 dias	**4.026**	2.117
Mais de 180 dias	**12.686**	8.822
Total	**41.174**	29.754

8. Estoques	31/12/2021	31/12/2020
Produtos químicos e materiais de laboratório	**620**	558
Materiais de segurança	**171**	156
Estoque em poder de terceiros	**6.001**	164
Total	**6.792**	878

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na reposição ou instalações nas redes de água e esgoto. O estoque em poder de terceiros refere-se a notas fiscais de simples faturamento, emitidas no decorrer da construção de bens operacionais. Ao ser concluído, o ativo é reconhecido no intangível.

9. Ativo de direito de uso

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	**1.449**	**(680)**	**769**	1.634	(496)	1.138

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	**1.138**	**147**	**(101)**	**(415)**	**769**

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Remensurações	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Imóveis	255	600	602	(319)	1.138

10. Imobilizado	Taxa de depreciação anual	31/12/2021 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**1.599**	**(1.255)**	**344**	304
Veículos	20%	**682**	**(351)**	**331**	118
Máquinas e equipamentos	10%	**69**	**(29)**	**40**	41
Móveis e utensílios	10%	**833**	**(461)**	**372**	376
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**13**	**(4)**	**9**	9
Total		**3.196**	**(2.100)**	**1.096**	848

Movimentação do imobilizado	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	304	**156**	**-**	**(116)**	**344**
Veículos	118	**271**	**-**	**(58)**	**331**
Máquinas e equipamentos	41	**4**	**-**	**(5)**	**40**
Móveis e utensílios	376	**61**	**-**	**(65)**	**372**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	**1**	**-**	**(1)**	**9**
Total	848	**493**	**-**	**(245)**	**1.096**

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Equipamentos de informática	376	47	-	(119)	304
Veículos	147	26	(4)	(51)	118
Máquinas e equipamentos	42	4	-	(5)	41
Móveis e utensílios	391	47	-	(62)	376
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	-	-	9
Total	965	124	(4)	(237)	848

11. Intangível e ativo de contrato	Taxa de amortização anual	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	**269**	**(256)**	**13**	22
Desenvolvimento de projetos	20%	**133**	**(24)**	**109**	109
Concessão/Infraestrutura		**126.281**	**(37.729)**	**88.552**	91.244
Infraestrutura em construção		**94.691**	**-**	**94.691**	**46.791**
Total		**221.374**	**(38.009)**	**183.365**	**138.166**

Os valores reconhecidos no intangível e ativo de contrato acima demonstrados como concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Captação	**2.198**	**(137)**	**2.061**	1.563
Adutoras	**4.033**	**(974)**	**3.059**	3.231
Estação de Tratamento de Água - ETA	**6.869**	**(2.611)**	**4.258**	4.597
Reservatório	**4.819**	**(1.325)**	**3.494**	3.697
Booster	**69**	**(19)**	**50**	52
Substituição/Expansão de rede de água	**29.331**	**(7.202)**	**22.129**	21.753
Ligação de água	**1.902**	**(121)**	**1.781**	1.721
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**37.231**	**(9.742)**	**27.489**	27.887
Elevatória - esgoto	**990**	**(39)**	**951**	121
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	**18.108**	**(8.360)**	**9.748**	10.987
Emissário	**195**	**(20)**	**175**	183
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5.170**	**(1.148)**	**4.022**	4.260
Máquinas e equipamentos	**15.366**	**(6.031)**	**9.335**	11.192
Total	**126.281**	**(37.729)**	**88.552**	91.244

Movimentação do intangível e ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2020	Adições (i)	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	22	**-**	**(9)**	**-**	**13**
Desenvolvimento de projetos	109	**-**	**-**	**-**	**109**
Concessão/Infraestrutura	91.245	**579**	**(7.829)**	**4.739**	**88.734**
Infraestrutura em construção	46.790	**52.458**	**-**	**(4.739)**	**94.509**
Total	138.166	**53.037**	**(7.838)**	**-**	**183.365**

	Saldos em 31/12/2019	Adições (i)	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Softwares e aplicativos	33	-	(11)	-	22
Desenvolvimento de projetos	114	-	(5)	-	109
Concessão/Infraestrutura	70.503	491	(3.025)	23.276	91.245
Infraestrutura em construção	45.872	24.194	-	(23.276)	46.790
Total	116.522	24.685	(3.041)	-	138.166

i) *Custos de empréstimos capitalizados:* Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$2.815 em 31 de dezembro de 2021, a uma taxa média ponderada de 16,72 % a.a.

12. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria	**5.329**	2.489
Serviços	**435**	295
Infraestrutura	**764**	66
Outros	**569**	54
Total	**7.097**	2.904

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos: A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)		entre 2,5% e 6% a.a.	**208**	367
CCB (b)	TR	9,9% a.a.	**4.453**	5.934
Capital de giro (c)	CDI	entre 1,1% e 1,29% a.a.	**61.037**	80.647
(-) Custos de transação			**(148)**	(286)
Total de Empréstimos e Financiamentos			**65.550**	86.662
Circulante			**35.798**	42.040
Não circulante			**29.752**	44.622
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (d)		7,5% a.a.	**919**	1.209
Circulante			**420**	458
Não circulante			**499**	751
Endividamento total			**66.469**	87.871
Endividamento total - Circulante			**36.218**	42.498
Endividamento total - Não circulante			**30.251**	45.373

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**86.663**	59.273
Captações	**-**	40.000
Juros e encargos financeiros	**4.297**	3.769
Variações monetárias e cambiais	**-**	3.861
Amortização de principal	**(21.637)**	(16.704)
Amortização de juros	**(3.911)**	(3.505)
Custo de transação	**-**	(375)
Amortização dos custos de transação	**138**	344
Saldo final	**65.550**	86.663

Arrendamentos	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.209**	315
Adições e remensurações	**39**	1.176
Juros e encargos financeiros	**95**	92
Amortização de principal	**(343)**	(300)
Amortização de juros	**(81)**	(74)
Saldo final	**919**	1.209

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2022	**-**	**-**	**-**	15.001	(54)	14.947
2023	**14.951**	**(54)**	**14.897**	14.912	(54)	14.858
2024	**14.895**	**(40)**	**14.855**	14.857	(40)	14.817
Total	**29.846**	**(94)**	**29.752**	44.770	(148)	44.622

	Arrendamentos 31/12/2021	31/12/2020
2022	-	345
2023	359	301
2024	140	105
Total	499	751

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2012 a 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R$1.277 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2022 e 2024. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) O contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtido no exercício de 2014 no valor total de R$12.000, celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e vencimento final para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no total de R$40.100. Este contrato foi celebrado com prazo de carência 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Esta operação possibilitou a troca de parte da dívida da Concessionária, proporcionando redução do custo financeiro e aumento no prazo médio da dívida, impactando positivamente no fluxo de caixa. Em março de 2020, com o início da pandemia da COVID-19, vieram incertezas sobre seus impactos na economia, na taxa de inadimplência e sobre possíveis suspensões de tarifas ou limitações de cobranças, que poderiam reduzir significativamente os recursos financeiros da Concessionária. A linha emergencial de capital de giro contratada neste período, no valor total de R$20.000, com vencimento inicial para março de 2021, prorrogado para março de 2022, tem como objetivo assegurar a necessidade de caixa diante dos possíveis impactos da crise econômica. (d) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota Explicativa nº 10. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021.

14. Debêntures	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Juros e participações	**2.937**	122
Custos de transação a apropriar	**(318)**	(302)
Total	**2.619**	(180)
Passivo não circulante		
Não conversíveis em ações	**129.393**	119.043
Custos de transação a apropriar	**(5.697)**	(5.708)
Total	**123.696**	113.335
Total de debêntures	**126.315**	113.155

A movimentação das debêntures é demonstrada a seguir:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**113.155**	-
Captações	**-**	117.400
Juros e encargos financeiros	**19.762**	1.765
Amortização de juros	**(6.596)**	-
Custos de transação	**(325)**	(6.035)
Amortização dos custos de transação	**319**	25
Saldo final	**126.315**	113.155

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2022	**-**	**-**	**-**	6.435	(302)	6.133
2023	**7.188**	**(318)**	**6.870**	6.435	(302)	6.133
2024	**7.188**	**(318)**	**6.870**	6.435	(302)	6.133
Após 2024	**115.017**	**(5.061)**	**109.956**	99.738	(4.802)	94.936
Total	**129.393**	**(5.697)**	**123.696**	119.043	(5.708)	113.335

Em 15 de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 1ª emissão pública de 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$1, perfazendo o total de R$117.400, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021. **15. Operações com derivativos:** A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Em novembro de 2019 a Concessionária firmou um novo contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração do contrato de empréstimo de capital de giro, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

			Valor a receber	
Derivativo	Valor nocional	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
SWAP	48.000	2024	**169**	799

Impacto no resultado: A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2021	31/12/2020
SWAP	**(630)**	(140)

16. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS/CSLL retidos	**52**	45
ISS	**134**	61
IRRF	**122**	77
PIS	**203**	165
COFINS	**945**	765
IRPJ	**112**	508
CSLL	**236**	307
Total	**1.804**	1.928

17. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição e movimentação dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2020	Resultado	31/12/2021
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	846	**689**	**1.535**
Provisões para contingências	4.833	**(4.035)**	**798**
Provisão participação nos lucros	170	**6**	**176**
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	42	**(42)**	**-**
Ganhos (perdas) com derivativos	(272)	**214**	**(58)**
Arrendamentos	24	**27**	**51**
Outros	81	**(69)**	**12**
Ativo fiscal diferido	5.724	**(3.210)**	**2.514**
Juros capitalizados	-	**(957)**	**(957)**
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(96)	**6**	**(90)**
Passivo fiscal diferido	(96)	**(951)**	**(1.047)**
Diferido líquido	5.628	**(4.161)**	**1.467**

(i) De acordo com o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença entre o total da amortização contábil e fiscal na data base de 31 de dezembro de 2014 é adicionada na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, em parcelas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão. O valor realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$17 (R$17 em 31 de dezembro de 2020). b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social: A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	**(7.256)**	(8.460)
Contribuição Social	**(2.792)**	(3.253)
Imposto de Renda Diferido	**(3.060)**	73
Contribuição Social Diferido	**(1.101)**	27
Total	**(14.209)**	(11.613)

Conciliação da taxa efetiva

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**42.895**	35.431
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	**(14.584)**	(12.046)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes - despesas indedutíveis	**(124)**	(144)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	**185**	211
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**13**	23
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	**186**	217
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3)	**46**	49
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	**45**	53
Total do imposto de renda e da contribuição social	**(14.209)**	(11.613)
Alíquota efetiva	**33,13%**	32,78%

18. ICMS a devolver - clientes: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2010, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver - clientes é de R$3.042 em 31 de dezembro de 2021 (R$5.220 em 31 de dezembro de 2020). **19. Depósitos judiciais e provisões para contingências** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Trabalhistas	**56**	**48**	**8**	45	48	(3)
Cíveis	**2.290**	**384**	**1.906**	8.703	387	8.316
ICMS demanda energia elétrica	**-**	**6.663**	**(6.663)**	5.467	5.467	-
Total	**2.346**	**7.095**	**(4.749)**	14.215	5.902	8.313

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 os valores de R$32.841 para contingências cíveis (R$11.040 em 31 de dezembro de 2020), R$102 para contingências trabalhistas (R$64 em 31 de dezembro de 2020) e R$19.484 para contingências ambientais (R$15.000 em 31 de dezembro de 2020). Multiplicação de economias: Há, atualmente, 21 demandas que têm como objeto o questionamento, pelos consumidores, de que a concessionária realizaria a cobrança pelo serviço de fornecimento de água através da multiplicação do consumo mínimo pelo número de economias, não observando o consumo real auferido pelo único hidrômetro instalado no local, o que, no entender dos consumidores, seria ilegal, porém considera legal o critério de economias para fins de aplicação da tarifa progressiva. Atualmente, todas as demandas encontram-se suspensas por decisão do STJ, em razão da admissão de recursos especiais representativos da controvérsia. ICMS na demanda contratada de energia: Foi ajuizada ação declaratória por Águas de Juturnaíba em face do Estado do Rio de Janeiro, através da qual a concessionária questiona a cobrança de ICMS sobre a demanda reservada de energia elétrica. A sentença foi de procedência, a qual foi mantida no Tribunal de Justiça. Com interposição de recurso extraordinário pelo Estado, foi determinado o sobrestamento do feito em razão do reconhecimento da repercussão geral sobre o tema. O STF, após o julgamento do recurso paradigma, fixou entendimento no sentido de que a demanda de potência elétrica não é passível, por si só, de tributação via ICMS, porquanto somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes àquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor. ICMS/Seletividade - processo: Foi impetrado mandado de segurança por Águas de Juturnaíba S.A. face Estado do Rio de Janeiro, tendo por objeto questionamento da cobrança de alíquotas de ICMS sobre fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações na ordem de 25%, sob argumento de que tal alíquota fere o princípio constitucional da seletividade do referido imposto, sendo deferida liminar para, que até o julgamento de mérito, seja cobrada alíquota de 18%, a qual foi confirmada, ao final, com concessão da segurança. Houve a interposição de recursos especial e extraordinário pelo Estado do Rio de Janeiro. Recentemente, a questão foi definida pelo STF, sendo firmada tese favorável à pretensão da Concessionária, fixando-se a alíquota nos 18%. **20. Partes relacionadas**

Ativo circulante:	31/12/2021	31/12/2020
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**87**	35
Total do ativo circulante	**87**	35
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**22**	54
ERG Participações Ltda.	**138**	363
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**78**	211
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**14**	36
Erco Engenharia S.A.	**930**	448
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**109**	287
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**145**	382
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**109**	287
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**5.804**	15.315
	7.349	17.383
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	**6**	-
Águas de Araçoiaba S.A.	**7**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**738**	485
	751	485
Total do passivo circulante	**8.100**	17.868
Passivo não circulante:		
Contratos de mútuo (b)		
Erco Engenharia S.A.	**56**	56
Total do passivo	**8.156**	17.924

Resultado com partes relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas		
Contrato de gestão - *Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(6.546)**	(5.317)
Total resultado com partes relacionadas	**(6.546)**	(5.317)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Concessionária como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. (c) Saldo referente contrato de mútuo. A seguir demonstramos as remunerações dos administradores por meio da Unidade de Administração Central:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações	**286**	47
Encargos sociais	**97**	14
Plano de saúde	**11**	3
Plano de previdência privada	**13**	2
Outros	**4**	1
Total	**411**	67

21. Outros Exigíveis: O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Participação nos lucros - empregados	**402**	402
Despesas gerais	**17**	16
Retenção contratual	**1.009**	386
Adiantamento de clientes	**255**	715
Outros	**104**	248
Total	**1.787**	1.767

22. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R$44.700 em 31 de dezembro de 2021 (R$44.700 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) ações ordinárias e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) ações preferenciais.

Posição acionária em 31 de dezembro de 2021	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**1.755.990**	**3.344.575**	**5.100.565**	**89,4860%**
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**42.415**	**84.828**	**127.243**	**2,2324%**
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**31.811**	**63.622**	**95.433**	**1,6743%**
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**31.811**	**63.622**	**95.433**	**1,6743%**
ERG Participações Ltda.	**9.846**	**111.036**	**120.882**	**2,1208%**
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**5.742**	**64.751**	**70.493**	**1,2368%**
Erco Engenharia S.A.	**19.879**	**39.764**	**59.643**	**1,0464%**
Acionistas minoritários	**2.456**	**27.702**	**30.158**	**0,5291%**
Total	**1.899.950**	**3.799.900**	**5.699.850**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva para investimentos:** A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. **d) Dividendos**: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 20 de dezembro de 2021 foram distribuídos dividendos no total de R$50.644, sendo R$11.493 amortizando o saldo de dividendos a pagar, R$35.342 mediante reversão de reserva de retenção de lucros, R$3.507 mediante reversão de reserva de investimentos e R$323 pagos como antecipação dos dividendos de 2021. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	**28.686**	23.818
Constituição da reserva legal - 5%	**1.434**	1.191
Base de cálculo dos dividendos	**27.252**	22.627
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**6.813**	5.657

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **23. Receita líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	**155.056**	122.465
Receita de construção	**51.279**	19.661
Cancelamentos	**(595)**	(351)
Receita Bruta	**205.740**	141.775
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	**(14.263)**	(11.282)
Descontos concedidos	**(268)**	(141)
Receita líquida	**191.209**	130.352

24. Custos dos serviços prestados: São compostos como segue:	31/12/2021	31/12/2020
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(785)**	(791)
Ônus da concessão	**(678)**	(537)
Energia elétrica	**(16.902)**	(14.340)
Custo de construção	**(51.279)**	(19.661)
Materiais aplicados nos serviços	**(4.333)**	(4.019)
Salários e benefícios a empregados	**(13.520)**	(11.840)
Utilização de imóveis e telefonia	**(11)**	(10)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(3.363)**	(3.312)
Serviços de terceiros	**(6.811)**	(7.065)
Depreciações e amortizações	**(7.448)**	(3.069)
Outros	**(352)**	(311)
Total	**(105.482)**	(64.955)

Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.03.29 21:14:50 -03'00'

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ 02.013.199/0001-18

25. Despesas gerais e administrativas: São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	**(8.522)**	(3.495)
Salários e benefícios a empregados	**(11.638)**	(9.382)
Utilização de imóveis e telefonia	**(664)**	(781)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(928)**	(815)
Serviços de terceiros	**(13.953)**	(9.968)
Despesas com contencioso	**(564)**	(485)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(71)**	(51)
Depreciações e amortizações	**(400)**	(383)
Provisão (reversão) para contingências	**13.066**	921
Outras	**(3.029)**	(2.933)
Total	**(26.703)**	(27.372)

26. Receitas (despesas) financeiras: São compostas como segue:

Receitas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Juros com aplicações financeiras	**5.422**	1.438
Juros e multas vinculadas à operação	**2.764**	2.069
Variação cambial empréstimos e financiamentos	**-**	21
Ganhos com operações de *swap*	**348**	4.282
Ganho com derivativos	**38**	3.666
Outras	**124**	4
Total	**8.696**	11.480
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos e debêntures	**(24.059)**	(5.539)
Juros capitalizados	**2.815**	-
Juros sobre arrendamentos	**(95)**	(92)
Reversão de juros sobre arrendamentos	**-**	140
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	**-**	(3.882)
Variação monetária sobre contingências	**(1.197)**	-
Tributos sobre operações financeiras	**(418)**	(377)
Descontos concedidos	**(611)**	(366)
Perda com derivativos	**(668)**	(3.806)
Outras	**(667)**	(382)
Total	**(24.900)**	(14.304)

27. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	**50.000**
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	**10.000**
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	**65.000**
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2021 a 31/12/2022	**82.103**
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	**5.000**
Garantia de Concessão	01/12/2021 a 01/12/2022	**174.314**
Seguro de veículos	17/10/2021 a 17/10/2022	**163**

Diretor - Leonardo das Chagas Righetto.
Diretor - Carlos Alberto Vieria Gontijo.
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.** Araruama - RJ**. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis :** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4